

A Agricultura Familiar, Como Propulsora Do Desenvolvimento Nos Pequenos Municípios Brasileiros

Valmir Pudell (URI) valmirpudell@brturbo.com.br

Janis Elisa Ruppenthal (UFSM) Janis@ct.ufsm.br

Resumo

O empobrecimento dos pequenos municípios e o desemprego no Brasil tem se acentuado ano após ano, e muitos fatores contribuem para esta situação, dentre estes fatores, pode-se destacar, a globalização das economias que ocasionaram profundas transformações no cenário político, social e econômico, em virtude de planos voltados a exportação, que favorecem as grandes empresas. A redução dos investimentos nas políticas sociais, faz com que cada vez mais se amplie a concentração de renda e a exclusão social. Um destes reflexos pode ser notado nos pequenos agricultores que deixam o campo para morarem nas periferias das grandes cidades em busca de um bom emprego.

O artigo aborda que o fortalecimento dos pequenos municípios, a redução do desemprego e da exclusão social no Brasil, acontecerá com o fortalecimento da agricultura familiar, sendo ela a maior responsável pela fixação do homem no campo, na medida que emprega todos os membros da família.

A adoção de políticas voltadas a agricultura familiar, como a reforma agrária, linhas de crédito compatíveis a atividade, a introdução de técnicas de gerenciamento e a reestruturação das pequenas propriedades rurais, voltadas para o aumento da produção e da produtividade, fazendo que deixem de ser apenas pequenas propriedades com produção para o sustento da família, para se tornarem propriedades com alta produção, e fonte de geração de emprego e renda, contribuirão de forma significativa para o desenvolvimento dos diferentes segmentos produtivos, nos pequenos municípios brasileiros.

Palavras-Chave: *Desenvolvimento; Planejamento; Agricultura familiar.*

1. Introdução

Face as constantes mudanças e alterações nas economias, à abertura dos mercados, e o aumento da competição, nos diferentes setores produtivos, faz com que os empreendedores tenham que se atualizar e inovar seus processos produtivos para continuarem competitivos.

O aumento do nível da competição em todos os segmentos, deixou alguns setores desprotegidos em relação a seus competidores, fazendo com que abandonem sua atividade, desta forma gerando desemprego, entre estes encontram-se os pequenos produtores rurais, que por muitas vezes pela falta de conhecimento da atividade e por não terem uma orientação técnica adequada, nem linhas de financiamento condizentes as suas necessidades, montam seus negócios, e/ou continuam na atividade sem saber se esta dando lucro ou não. A falta de um estudo formal e o desconhecimento

das técnicas de avaliação econômico financeira, fazem com que o conhecimento empírico predomine na sua tomada de decisão.

Nas pequenas propriedades rurais, o empreendedor deverá se preocupar com todos os aspectos que envolvem um empreendimento, desde a análise de sua viabilidade até a utilização de instrumentos gerenciais adequados que alimentem a administração com informações que possibilitem o monitoramento sistemático dos resultados após a sua implantação. Desta forma o empreendedor deve estar permanentemente envolvido com a administração da produção, comercialização e principalmente com a obtenção e gestão dos recursos financeiros de que necessita para bem gerir seu negócio.

A administração do empreendimento requer a utilização de métodos de produção que reduzam seus custos e aumentem a sua rentabilidade, através de planejamento adequado, e cuidadosa análise dos investimentos necessários. A elaboração do projeto de viabilidade econômico-financeira, integrado ao planejamento financeiro e orçamento poderá se constituir em uma ferramenta fundamental na avaliação dos riscos quando da implantação de um novo negócio, bem como servir de instrumento de gestão da viabilidade do empreendimento após a sua implantação, permitindo a adoção de ações capazes de corrigir possíveis desvios ocorridos nas projeções, permitindo desta forma, que os recursos financeiros sejam aplicados da melhor maneira possível, possibilitando o aumento da produção e a geração de riqueza e renda na região de abrangência.

2. A conjuntura econômica no Brasil

O desenvolvimento no Brasil, vem ocasionando um grande processo de exclusão social, característico da estrutura econômica e social do país.

A globalização das economias ocasionaram profundas transformações no cenário político, social e econômico, os países em virtude da globalização e das fortes pressões internacionais concentrarem seus planos de desenvolvimento, baseados em estratégias empresariais, estabelecendo condições macroeconômicas favoráveis à entrada de capitais e investimentos estrangeiros, deixando de lado políticas de desenvolvimento econômico, sejam no setor agrícola, industrial, ou de geração de novos empregos.

A reestruturação do sistema financeiro, as privatizações, o aumento das importações e a abertura comercial aliados a falta de políticas de desenvolvimento tornam ainda mais fragilizada a estrutura econômica do país, e faz com que acentue cada vez mais o desemprego, tanto na área urbana como na área rural. Também a redução dos investimentos nas políticas sociais, faz com que cada vez mais se amplie a concentração de renda e a exclusão social.

A reestruturação produtiva, baseada em inovação tecnológica nos diversos segmentos de produção, reduz a demanda por mão de obra, e exige uma maior qualificação do trabalho, gerando assim uma profunda diferenciação social. De um lado um pequeno grupo de empregados especializados, e bem remunerados e do outro lado uma grande massa de desempregados, desqualificados sem oportunidade de trabalho.

As alternativas para a redução do desemprego apresentadas pelo governo federal e empresariado, como flexibilização do emprego, redução dos encargos sociais, programas do tipo comunidade

solidária e fome zero, não são suficientes para garantir a geração de emprego e os direitos básicos dos trabalhadores brasileiros.

Me, parece, que uma das soluções para a redução do desemprego urbano e rural, e da exclusão social, passa pela reforma agrária, com políticas de desenvolvimento voltadas a pequena propriedade rural, ou seja, agricultura familiar, possibilitando acesso a linhas de crédito compatíveis a atividade e novas tecnologias de produção possibilitando desta forma a produção de alimentos de qualidade, com baixos custos de produção, e acima de tudo promovendo uma melhor distribuição de renda e o desenvolvimento regional.

3. A agricultura familiar no Brasil

A agricultura no Brasil é realizada por um contingente aproximado de cinco milhões e meio de agricultores. Destes em torno de 80% (dados da embrapa), são agricultores familiares que vivem e trabalham em condições bastante adversas, com pouco conhecimento formal, sem acesso ao crédito, não possuem tecnologia e alguns nem terra possuem. Mas mesmo vivendo e trabalhando nesta precariedade produzem mais de 60% da comida brasileira.

Pelo que se percebe a agricultura familiar no Brasil não é inviável, ela tem sido sim, inviabilizada por um modelo de desenvolvimento que contempla apenas as grandes propriedades rurais. A modernização conservadora da agricultura brasileira caracteriza-se pela famosa revolução verde, a qual não contempla a agricultura familiar, mas, sim a agricultura voltada para as exportações, ou seja, as grandes propriedades rurais.

Cabe ressaltar que a base da economia agrícola nos países desenvolvidos esta baseada na produção agrícola familiar, e seu processo de desenvolvimento econômico social passou pela reforma agrária, enquanto que no Brasil a estrutura agrária esta assentada nas grandes propriedades.

4. A agricultura familiar no desenvolvimento local

O desenvolvimento de estados e pequenos municípios, baseados apenas no setor urbano industrial está cada vez mais difícil de se concretizar. O grande sonho da maioria dos municípios era o de atrair grandes industrias para a geração de emprego e renda, nem que para isso tinham que apostar todos os seus recursos públicos.

Estes pequenos municípios estão se dando conta da grande importância que tem a agricultura familiar, que esta presente em todas as regiões do Brasil, como fonte de geração de renda e riqueza, como grande potencial de fortalecimento da economia local e de recuperação do emprego e redistribuição da renda. È o setor estratégico para a garantia da soberania alimentar do país, e para a construção do desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar é o grande propulsor do desenvolvimento comercial e, de serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Adotando-se pequenos incentivos, tem-se uma resposta quase que imediata, tanto no seu meio como nos outros setores econômicos.

A construção de um novo projeto voltado para o campo, que tenha a reforma agrária como forma de incluir milhares de pessoas excluídas da possibilidade de produzir, com de políticas claras por parte dos governantes à nível federal, estadual ou municipal, projetos de desenvolvimento regionais, ou mesmo municipal, baseado na agricultura sustentável e, principalmente na agricultura familiar, como produção de leite, produtos hortigranjeiros, frutas e outros. Projetos não de cunho político, mas planos de ação, bem elaborados, coordenados e fiscalizados pela sociedade através de suas associações, sindicatos, e organizações de representação civis, e que vise o desenvolvimento do município em todos os segmentos produtivos e que atenda as demandas sociais.

Quando da criação dos projetos de desenvolvimento, há necessidade de se estabelecer condições de trabalho e também a introdução de algumas técnicas de gerenciamento, como o planejamento financeiro e o orçamento e, de produção voltadas para propriedade rural, pois de nada adiantará criar planos de desenvolvimento, se as pessoas diretamente envolvidas na produção não forem preparadas para que consigam produzir da melhor maneira possível, ou seja, redução dos custos de produção e aumento da produtividade. Sabe-se que na grande maioria os pequenos produtores rurais não tem conhecimento formal, são movidos pelo conhecimento empírico e, pela intuição para o gerenciamento dos seus negócios.

5. O leite como oportunidade de desenvolvimento

Um dos questionamentos que se faz quando se fala sobre o desenvolvimento regional ou local, é de identificar as oportunidades econômicas que seriam possíveis de realizar, com o intuito da geração de emprego e renda e, nos parece que o leite é uma excelente oportunidade, pois além de manter os pequenos produtores rurais na atividade rural, a produção do leite “in natura” irá proporcionar o desenvolvimento de toda a cadeia do leite, com a produção dos seus derivados, como o queijo, a nata, o requeijão entre outros produtos, além de contribuir para o desenvolvimento de outros setores produtivos de contexto regional.

Pelo valor nutritivo e por sua importância social, o leite é um dos alimentos imprescindíveis na mesa de todas as famílias, não só do Brasil, mas de todo o mundo. Para a maioria dos pequenos produtores rurais, a atividade leiteira, apesar de não ser sua principal fonte de renda, com pequena produção e produtividade, ela funciona como uma fonte de renda estável.

A estrutura de produção de leite baseada em pequenas propriedades rurais, que atualmente enfrentam problemas de produção e de gerenciamento, haja visto os baixos índices de produção que o Brasil tem. Apesar de ser o 6º produtor de leite em nível mundial com aproximadamente 21 milhões de litros/ano, a produção não passa de 3,23 litros vaca/dia, e o número de animais por propriedade fica em torno de apenas 07 animais.

Pelo grande potencial de produção que o Brasil possui, o aumento da população ano a ano, sem contar a enorme contingência de brasileiros desnutridos, nos faz acreditar que o setor de pecuária

de leite será o grande propulsor do desenvolvimento nos pequenos e médios municípios brasileiros. Mas para tanto será necessário adoção de políticas para a manutenção destes pequenos produtores no campo, com linhas de crédito condizentes, programas educativos e de reestruturação nas propriedades familiares, com vistas a aquisição de bons animais, e a introdução de técnicas de gerenciamento, através do planejamento, com vistas ao aumento da produção e da produtividade, e a redução dos custos de produção, introduzindo desta forma um conceito de empresa, deixando de ser uma atividade secundária com ganhos apenas para a sua sobrevivência, mas sim para se tornarem propriedades familiares altamente rentáveis, proporcionando que o agricultor se mantenha no campo e acima de tudo gerando renda e desenvolvimento para a região onde está inserido.

6. O projeto de viabilidade econômico-financeiro, nas pequenas propriedades rurais

O projeto de viabilidade econômico-financeira, nas pequenas propriedades rurais, se justifica por ser uma unidade de produção. Na concepção de Holanda (1968, p. 26): “Projeto é o conjunto de informações, sistemática e racionalmente ordenadas, que nos permite estimar os custos e benefícios esperados de um determinado investimento.

Todo investimento necessita de um bom projeto de investimento, que determinara sua capacidade de produção e capacidade de gerir riqueza, que por sua vez, ira permitir ao empreendedor uma avaliação cuidadosa dos investimentos requeridos pelo novo negócio, evitando surpresas desagradáveis quando da sua implementação. Conforme Assaf Neto (1994, p. 435): É necessário verificar se as alternativas são comparáveis, pois o principal objetivo da análise da decisão de investimento é auxiliar o gestor na tomada de decisão para a escolha da melhor alternativa entre as oportunidades de um ou vários projetos.

O plano de negócio envolve um projeto, que é o conjunto de informações, coletadas e processadas com o objetivo de analisar uma decisão de investimento. Baseiam-se em estimativas sobre o futuro, com relação ao custo de produção, de demanda dos produtos, de preços, de fatores e de produtos, da reação dos consumidores, inovações técnicas, etc. Conforme Woiler e Mathias (1992, p. 28), “O projeto é parte integrante do processo decisório, desde a idéia de investir até a sua consecução. Isto porque o projeto atua como realimentador deste processo em suas diversas fases”.

O planejamento é parte integrante de qualquer plano de negócio, pois, podemos dizer, que o planejamento é um esforço humano, conjunto e organizado, para, modificando a sociedade, acelerar o ritmo de desenvolvimento na coletividade. Ele consta de uma formulação sistemática e devidamente integrada que expressa uma série de propósitos a serem realizados dentro de determinado prazo, levando em consideração as limitações impostas pelos recursos disponíveis, bem como as metas prioritárias definidas.

Portanto, é um processo que nos permite prever e avaliar cursos de ações alternativas e de futuro, com vistas à tomada de decisões mais adequadas, e racional. De acordo com Holanda (1968, p.16): Planejamento é o processo, de elaboração, execução e controle de um plano de desenvolvimento, que envolve a fixação de objetivos gerais e metas específicas, tendentes a elevar os níveis de renda e bem estar da comunidade e, bem assim a ordenação sistemática do

conjunto de decisões e medidas necessárias para a consecução desses objetivos, a menores custos e com maior rapidez.

As pequenas propriedades rurais por não terem um gerenciamento formal e pelas incertezas de políticas financeiras e as variáveis ambiental, como o clima, faz com que vivam em constantes processos de incertezas, o que faz com que os empreendedores tenham o máximo de cuidado, para que na hora de investir seus recursos financeiros não tenham surpresas desagradáveis. Neste contexto há necessidade de se estabelecer um planejamento financeiro e um orçamento de caixa.

7. O planejamento financeiro e orçamento como instrumento de tomada de decisão

As constantes alterações nos fatores competitivos, faz com que os diferentes segmentos de mercado, tenham que ter cada vez mais controles atualizados para que possam gerir seus negócios da melhor maneira possível. Mesmo sendo pequenas propriedades rurais, há necessidade de elaboração dos fluxos de caixa previstos no projeto de viabilidade econômico-financeira. As alterações nas previsões e as novas condições do mercado poderão ser visualizadas através do futuro fluxo de caixa, onde o administrador poderá tomar as decisões com vistas às novas oportunidades ou redução das possíveis perdas.

O planejamento financeiro estabelece as diretrizes de mudança da empresa. Essas diretrizes devem incluir: a identificação das metas financeiras da empresa, a análise das diferenças entre essas metas, a situação corrente da empresa e, a proposição de um enunciado de ações necessárias para que a empresa atinja suas metas financeiras.

A elaboração do planejamento financeiro e orçamento é uma tarefa importante dentro do contexto administrativo da organização, pois além de permitir o monitoramento dos resultados, os planos financeiros e orçamentos fornecem roteiros para orientar a empresa na busca de seus objetivos. O sistema de planejamento financeiro busca antecipar a visualização dos possíveis resultados operacionais que deverão ser alcançados a cada período, considerando os aspectos relevantes de produtividade, qualidade e competitividade que o mercado impõe as empresas. Para Zdanowicz (1998, p. 28): O planejamento e o controle financeiro são funções primordiais da administração, constituindo-se em elementos essenciais no processo de elaboração e avaliação da peça orçamentária da empresa.

O processo de planejamento inicia-se com a elaboração de planos financeiros, que ditam os parâmetros e orçamentos em curto prazo. Segundo, Gitman (1987, p.251), “Em geral, os planos e orçamentos em curto prazo são guias operacionais para atingir objetivos da empresa em longo prazo”.

O orçamento de caixa deverá refletir os ingressos e desembolsos de recursos financeiros da empresa no período considerado, verificando antecipadamente se haverá excedente ou escassez de caixa.

A complexidade na elaboração do orçamento de caixa poderá variar de uma empresa para outra, mas, na sua essência, serão semelhantes, pois se propõem buscar planejamento e controle

financeiros. Para Zdanowicz (1998, p. 93), "O orçamento de caixa é sem dúvida, o instrumento mais importante que a empresa poderá utilizar para obter o equilíbrio financeiro ao longo do período orçado."

Outro dado importante é o da capacidade de pagamento gerada pelo funcionamento previsto do empreendimento. É a principal garantia de reembolso ou amortização dos empréstimos concedidos para sua implantação. A determinação da capacidade de pagamento de um projeto pressupõe o planejamento financeiro e orçamento de caixa(levantamento dos custos e receitas), a partir do qual se estima o montante de lucro.

Desta forma o planejamento financeiro e orçamento são instrumentos da gestão empresarial indispensáveis a todas as empresa, independente do seu porte ou tipo de atividade econômica explorada.

8. Conclusão

O desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios brasileiros, acontecerá na medida em que houver o fortalecimento da agricultura familiar, ao qual destaca-se o setor da pecuária de leite, setor que já possui uma boa estrutura montada, e que com poucos investimentos dará retornos imediatos.

O fortalecimento da agricultura familiar não se dá apenas com o assentamento de pessoas, e a concessão de linhas de crédito compatíveis com a atividade, vai muito além, passa pela adoção de planos de desenvolvimento e da qualificação das pessoas que trabalham nas pequenas propriedades rurais. A adoção de um estudo formal sobre a utilização de métodos de produção econômicos e planejamentos adequados, e cuidadosa análise dos recursos financeiros via planejamento financeiro e orçamento de caixa, se constituem ferramentas imprescindíveis para a viabilidade econômico-financeira das pequenas propriedades rurais.

Portanto o processo de desenvolvimento econômico e social acontece, na medida em que se substituírem processos e práticas tradicionais e empíricas, por processos e práticas mais racionais, tecnologicamente mais aprimoradas na tomada de decisão de investimentos.

Bibliografia

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 3ª Ed. São Paulo: Harbra, 1987. 783p.

HOLANDA, Nilson. **Elaboração e avaliação de projetos**. Rio de Janeiro: APEC, 1968. 206 p.

MARTINS, Eliseu; NETO, Alexandre Assaf. **Administração financeira. As finanças das empresas sob condições inflacionarias**. São Paulo: Atlas, 1994.

WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos, planejamento, elaboração e análise.** São Paulo: Atlas, 1992. 293p.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento Financeiro e Orçamento.** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998.

www.embrapa.br